



U ELREI. Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que, tendo consideração aos prejuizos, que sentirão os meus Vassallos, que habitão nos lugares das Costas destes Reinos, assim pelas embarcações que perdêraõ, como pelas casas, que se lhes arruináraõ no Terremoto do primeiro de Novembro do anno proximo passado; e a que, comprehendendo o damno, que se seguiu daquellas ruinas, huma grande parte dos outros meus Vassallos, se fazem todos dignos da minha Regia, e Paternal providencia, para animar a navegação de huns, e dar por meio della tambem facilidade á reedificação das propriedades dos outros: Hei por bem que todas as madeiras da producção das terras destes Reinos, que forem nelles transportadas de huns para outros pórtos, por embarcações, que sem dólo, nem malicia sejaõ proprias de Vassallos meus naturaes dos mesmos Reinos, e dos seus Dominios, gozem do mesmo rebate nos Direitos de entrada, e sahida, assim pelos rios, como pelas fozes, e do mesmo favor na fórma da arrecadação, que Tenho concedido á Companhia geral do Graõ Pará, e Maranhão, sem alguma differença.

Pelo que: Mando aos Védores da Minha Real Fazenda; Regedor da Casa da Supplicação; Governador da Relação, e Casa do Porto; Governador, e Capitão General do Reino do Algarve, e mais Ministros, Officiaes, e pessoas a quem pertencer, que cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém este meu Alvará. O qual valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstantes quaesquer Regimentos, Ordens, ou Disposições contrarias, que todas hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse expressa menção, ficando aliás sem-

sempre em seu vigor. E este se registará em todos os lugares, onde se costumaõ registrar semelhantes Leis, mandando-se o original para a Torre do Tombo. Escripta em Belem a vinte e dois de Maio de mil setecentos sincoenta e seis.

REY.

Sebastião José de Carvalho e Mello.

ALvará com força de Lei, por que Vossa Magestade de be servido ordenar, que todas as madeiras da produção destes Reinos, que nelles forem navegadas de buns a outros portos por embarcações, que sem dolo, nem malicia sejam proprias dos Vassallos dos mesmos Reinos, gozem do mesmo rebate de Direitos, que se acha concedido á Companhia Geral do Graõ Pará, Maranhão, e do mesmo favor, na fôrma da arrecadação delles sem alguma differença.



Para Vossa Magestade ver.

Registado no Livro da Fazenda a fol. 16. Belem a 26 de Maio de 1756.

Maximiano de Almeida Dorta.

Antonio José Galvão o fez.

